

☐ **REQUERIMENTO**                      Número                      /XII  
(                      .ª)

☒ **PERGUNTA**                      Número                      /XII (                      .ª)

**Assunto: Expulsão dos funcionários judiciais internacionais de Timor-Leste**

**Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

Foi hoje publicada em “Jornal da República” de Timor-Leste, uma Resolução do Conselho de Ministros que determina a expulsão de funcionários judiciais internacionais, de nacionalidade portuguesa - cinco juízes, um procurador e um oficial da - que se encontram em Timor Leste, com contrato ao abrigo da Cooperação Portuguesa com aquele país.

Estes funcionários judiciais internacionais exerciam funções na Comissão Anticorrupção, na Magistratura Judicial, no Ministério Público, na Defensoria Pública e no Centro de Formação Jurídica.

Esta decisão do Conselho de Ministros Timorense surge na sequência de uma tomada de posição do Parlamento, que “invocando motivos de força maior e a necessidade de proteger de forma intransigente o interesse nacional”, determinou o fim dos contratos dos cooperantes na área judicial.

Esta tomada de posição é uma decisão de fim de linha, cujas consequências não podem ser ignoradas. Facto inédito nas relações de Portugal com os países da CPLP, com quem mantemos especiais relações de cooperação e ao nível diplomático, tendo em conta a história comum que nos une, necessita de ser esclarecido.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Perante a tomada de posição de expulsão dos funcionários judiciais internacionais, qual a posição do Governo português?
2. É do conhecimento do Governo português algum facto concreto, relacionado com o trabalho destes funcionários judiciais internacionais, que esteja na origem desta decisão tão drástica do Governo Timorense?
3. Que medidas foram tomadas pelo Governo português, na sequência da aprovação da Resolução do Parlamento Timorense, em 24 de outubro, que suspendia os contratos dos funcionários judiciais internacionais?

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2014.

**A Deputada**  
**Helena Pinto**